

Os Padres Alvino Bertholdo Braun e João Alfredo Rohr na História da Antropologia em Santa Catarina

Amurabi Oliveira¹

¹Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Resumo

A História da Antropologia no Brasil normalmente assume como marco de sua institucionalização a criação dos primeiros cursos de Ciências Sociais na década de 1930, relegando a um período “pré-científico” os agentes e as instituições que antecedem esse movimento. Em Santa Catarina, apenas na década de 1970, foram criados cursos de ciências sociais, porém já na década de 1950 houve a criação das primeiras cátedras em Antropologia. Nesse artigo, busca-se evidenciar o papel dos padres Alvino Bertholdo Braun e João Alfredo Rohr na formação da Antropologia em Santa Catarina, evidenciando as transformações e as rupturas desse campo na passagem da década de 1950 para a década de 1960. Argumenta-se que o “esquecimento” desses agentes na História da Antropologia local deve-se às transformações no campo, que implicaram maior distanciamento da Igreja Católica em relação às instituições de ensino superior, na crescente profissionalização da Antropologia e no redimensionamento do escopo dessa ciência.

Palavras-chave: Alvino Bertholdo Braun. João Alfredo Rohr. História da Antropologia. Antropologia Física. Arqueologia. Santa Catarina.

Priests Alvino Bertholdo Braun and João Alfredo Rohr in the History of Anthropology in Santa Catarina

Abstract

The History of Anthropology in Brazil normally takes as a landmark of its institutionalization the creation of the first Social Science courses in the 1930s, relegating the agents and institutions that precede this movement to a “pre-scientific” period. In Santa Catarina, only in the 1970s, Social Sciences courses were created, but in the 1950s, the first chairs in Anthropology were created. This article seeks to highlight the role of priests Alvino Bertholdo Braun and João Alfredo Rohr in the formation of Anthropology in Santa Catarina, showing the transformations and ruptures of this field in the transition from the 1950s to the 1960s. It is argued that the “forgetfulness” of these agents in the History of local Anthropology is due to the transformations in the field, which implied a greater distance from the Catholic Church in relation to higher education institutions, the growing professionalization of Anthropology, and the resizing of the scope of this science.

Keywords: Alvino Bertholdo Braun. João Alfredo Rohr. History of Anthropology. Physical Anthropology. Archeology. Santa Catarina.

Recebido em: 13/07/2022

Aceito em: 13/02/2023



Este trabalho está licenciado sob CC BY-NC-SA 4.0. Para visualizar uma cópia desta licença, visite <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

1 Introdução

A História das Ciências Sociais no Brasil tem sido contada principalmente a partir da institucionalização dos primeiros cursos, que ocorreu ainda na década de 1930 (MICELI, 1989), centrando-se majoritariamente nas instituições situadas no eixo Rio-São Paulo, o que tem sido revisto em período mais recente, a partir de uma visão crítica acerca da geopolítica do conhecimento (REESINK; CAMPOS, 2014).

Considerando-se tais aspectos, o caso da Santa Catarina é emblemático, uma vez que a criação da graduação em Ciências Sociais ocorreu de forma mais tardia, apenas na década de 1970¹. É especialmente sintomático o fato de que o trabalho de Costa Pinto e Carneiro (1955) sobre as Ciências Sociais no Brasil, ao se referir à Região Sul, ignorou Santa Catarina, fazendo menção apenas aos dois estados vizinhos. Isso reflete a centralidade que os cursos de Ciências Sociais passam a assumir, principalmente a partir da segunda metade do século XX, na organização da agenda da Antropologia, Ciência Política e Sociologia no universo acadêmico brasileiro.

Deve-se reconhecer, portanto, que a História das Ciências Sociais é elaborada a partir de determinadas hierarquias simbólicas e de legitimação de certas trajetórias e espaços de consagração. Nesse movimento, diversos agentes que contribuíram para o processo de institucionalização das Ciências Sociais foram alçados a um período “pré-científico” de tais ciências (FERNANDES, 1977), o que fora acentuado com a consolidação dos programas de pós-graduação na década de 1970. Notadamente tal classificação sofre de certo anacronismo, pois desconsidera como que os processos históricos vão se formando, bem como as diferentes temporalidades e arranjos possíveis no campo acadêmico e os critérios de cientificidade que estavam postos naquele momento.

Ainda que possamos reconhecer a importância da institucionalização das Ciências Sociais no ensino superior, bem como a guinada que ela proporciona em termos de formação de quadros de especialistas, deve-se problematizar também os limites de seu uso, uma vez que a gênese acadêmica da Antropologia, da Ciência Política e da Sociologia no Brasil se vincula a diferentes contextos institucionais, como as Faculdades de Medicina, de Direito e de Educação Secundária.

Também em meio a esses processos de configuração e de reconfiguração da História das Ciências Sociais, deve-se reconhecer o processo de ressignificação da Antropologia como Ciência Social (PEIRANO, 2000), que passou paulatinamente a se distanciar da

¹ Os primeiros cursos de Ciências Sociais no estado foram criados na Universidade do Planalto Catarinense em 1970 e na Universidade Federal de Santa Catarina em 1972.

Medicina e do Direito e aproximar-se da História e da Sociologia. Como bem nos indica Corrêa (2013, p. 26):

A própria definição de cientistas sociais como antropólogos é muito recente e parece estar ligada tanto a razões de ordem prática, consequência das divisões disciplinares institucionalmente criadas – não só na universidade, mas também em fundações concessionárias de financiamento de pesquisas e nos órgãos governamentais da área da educação –, quanto a influências teóricas ou relações políticas no sentido amplo (Peirano, 1980). Essa distribuição disciplinar parece ter criado a necessidade de apropriação, ou exclusão, *a posteriori*, de pesquisas, pesquisadores ou temas em cada uma das áreas das ciências sociais que vão ganhando contornos mais nítidos pela ampliação de seus recursos humanos e institucionais. E parece também tornar inevitável a colocação das perguntas: como desembaraçar a antropologia dos laços que pareciam prendê-la tão fortemente, no passado, as disciplinas hoje dela tão diferenciadas como a medicina ou o direito, por exemplo? Como criar para ela um percurso, uma trajetória, bem definidos, cujo ponto de chegada sejam nós, antropólogos contemporâneos?

Isso significou também certo “apagamento” na História das Ciências Sociais da chamada “Antropologia Física”, cujo desenvolvimento entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do XX ocorreu principalmente junto a Faculdades de Medicina, Museus de História Natural, gabinetes de polícia, escolas e instituições de assistência social, mobilizando antropólogos, médicos e naturalistas (SOUZA; SANTOS, 2012), algo que distava bastante do modelo de institucionalização das Ciências Sociais que se consolidou na segunda metade do século XX, centrado nas Faculdades de Filosofia.

Considerando tais aspectos, não é de se surpreender que figuras como os padres Alvinho Bertholdo Braun (1901-1964), natural de Estrela no Rio Grande do Sul, e João Alfredo Rohr (1908-1984), natural de Arroio do Meio, também, no Rio Grande do Sul, sejam olvidadas como agentes importantes na formação das Ciências Sociais² – e da Antropologia em particular – no Brasil. A posição que ocupavam no campo estava triplamente marginalizada: a) pela questão geográfica, ao se vincularem a uma instituição fora do eixo dominante das Ciências Sociais brasileiras; b) por possuírem uma formação acadêmica “não profissional” no campo das Ciências Sociais (ambos possuíam formação em Teologia e Filosofia³) e sem títulos pós-graduados; c) por se dedicarem a um ramo da Antropologia que foi sendo “apagado” da História das Ciências Sociais brasileiras, ou ao menos deixado num segundo plano.

Em parte, a escrita deste ensaio origina-se da total ausência de bibliografia sobre o papel desses dois agentes na institucionalização das Ciências Sociais – mesmo a busca por dados bastante básicos mostra-se difícil, principalmente no caso de Braun –, o que contrasta com a relevância que eles assumiram num primeiro momento no processo

² Atentar para o fato de que Rohr é bastante conhecido e renomado no campo da Arqueologia, sendo considerado um dos grandes pioneiros no Brasil (REIS; FOSSARI, 2009; CRUZ, 2013; COMERLATO, 2014).

³ Notadamente nas primeiras gerações de cientistas sociais brasileiros, inúmeros possuíam a formação acadêmica em outros campos disciplinares, todavia, na década de 1950, já havia “cientistas sociais profissionais” formados no país com títulos de graduação e pós-graduação na área, que começaram a questionar a posição dos acadêmicos autodidatas. Esse questionamento recorrentemente aparecia por meio da crítica à “geração de ensaístas”, compreendidos como intelectuais que realizaram seus trabalhos sem incorporar o padrão de cientificidade que estava já consolidado em outros centros de produção do conhecimento, e que estava se estabelecendo como hegemônico nas universidades brasileiras.

de formação da Antropologia em Santa Catarina⁴. Todavia, é importante frisar que este trabalho não tem como foco analisar os trabalhos e as contribuições específicas desses agentes para o campo das Ciências Sociais, tampouco produzir uma biografia sobre eles, mas sim enfatizar o papel que desenvolveram no processo de institucionalização das Ciências Sociais em Santa Catarina por meio da rotinização do ensino de Antropologia Física na Faculdade Catarinense de Filosofia (FCF).

Interessa-me neste breve ensaio trazer alguns elementos para refletirmos sobre o papel desses dois padres na formação da antropologia em Santa Catarina, evidenciando esse processo junto à FCF na década de 1950, bem como a ruptura que é produzida no lugar que eles ocupam nesse campo no período de surgimento do Instituto de Antropologia (IA) na década seguinte, momento no qual a Igreja passa a perder espaço no campo do ensino superior em Santa Catarina.

2 Os Padres Alvinho Braun e João Rohr na Fundação da FCF

Santa Catarina teve um desenvolvimento no ensino superior relativamente tardio em comparação aos estados vizinho, pois, no Rio Grande do Sul, ainda no final do século XIX foram criadas a Escola de Farmácia e Química, a Escola de Engenharia, a Faculdade de Medicina e a Faculdade Livre de Direito; e, em 1912, foi criada a Universidade do Paraná. Foi apenas na década de 1930 que tivemos as primeiras Faculdades em Santa Catarina⁵, com a criação da Faculdade de Direito em 1932, e, posteriormente, das Faculdades de Ciências Econômicas (1943), Farmácia e Odontologia (1947) e Medicina (1955). No caso da FCF, criada ainda em 1951, suas atividades só foram iniciadas em 1955. Na ata de criação da FCF, foi realizada menção à existência de uma “Faculdade de Filosofia de Santa Catarina”, criada em 1948, mas que nunca chegou a iniciar suas atividades.

Envolveram-se nesse projeto de fundação da FCF diversos membros das elites culturais locais, que circulavam em espaços diversos, como o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC), criado em 1896, o Colégio Catarinense, fundado em 1905, a Academia Catarinense de Letras, criada em 1924, além das demais faculdades já existentes àquele tempo (OLIVEIRA, 2018). É significativo nesse contexto o papel central que a Igreja Católica teve na organização dessa faculdade, o que se dava no contexto posterior às diversas disputas entre católicos e liberais no campo educacional no período do Estado Novo (CURY, 1988), movimento similar ao que havia ocorrido no Paraná entre as décadas de 1930 e 1950 (CAMPOS, 2014).

Um exemplo expressivo desse papel da Igreja em tal contexto é o fato de que a FCF funcionaria provisoriamente no Colégio Catarinense, instituição jesuíta na qual os padres Braun e Rohr eram professores de ciências. Cabe ressaltar duas questões relevantes aí: a)

⁴ Sobre Rohr, há uma bibliografia mais consolidada que tende a destacar seu papel na formação da Arqueologia em Santa Catarina, referindo-se a ele por vezes como “pai da arqueologia catarinense. Para uma melhor análise de sua trajetória, ver Comerlato (2014).

⁵ Vale a pena mencionar que em 2 de outubro de 1909, pela Lei Estadual n. 839, foi prevista a criação de uma Faculdade Livre de Farmácia, Odontologia e Obstetrícia em Florianópolis, cujo projeto não se efetivou. A rigor, podemos indicar que a primeira experiência de ensino superior em Santa Catarina iniciou-se em 1917 com a criação do Instituto Politécnico de Florianópolis, que tinha por objetivo a formação de farmacêuticos, cirurgiões-dentistas, guarda-livros e agrimensores, bem como a habilitação de profissionais estrangeiros graduados.

a criação dos grupos escolares era ainda uma invenção recente, que apenas na passagem do século XIX para o XX passou a substituir o modelo de escola unidocente – na qual não havia seriação – no Brasil (SAVIANI, 2011), de modo que o Colégio Catarinense foi uma das experiências pioneiras no Estado, juntamente com o Colégio Coração de Jesus e a Escola Normal Catarinense (DALLABRIDA, 2005); b) o papel que essas instituições tiveram na formação das elites catarinenses, uma vez que o acesso à educação secundária naquele momento estava reservada principalmente a um seleto grupo de agentes, o que era reforçado pelo fato de que a maior parte dessas instituições eram privadas, nesse contexto, é importante ainda ressaltar que, entre as décadas de 1930 e 1940, havia ainda nesse tipo de instituição os chamados cursos complementares, que tinham como função preparar o ingresso no ensino superior, o que reforçava esse caráter elitista.

Na ata de fundação da FCF consta além da presença de Braun e Rohr, a participação do padre Ernesto Seidler e do monsenhor Frederico Hobold, apontando para a forte presença da Igreja Católica nesse processo. Foi Rohr – que era diretor do Colégio – quem presidiu a sessão de fundação da FCF, tendo proferido as palavras inaugurais:

A necessidade de uma Faculdade de Filosofia nesta capital está manifesta no grande número de candidatos aos seus cursos, dos quais temos conhecimento. Além disso, é tal Faculdade é imprescindível para preparar o professor dos cursos secundários e superiores. Sem ela, estará incompleta a organização escolar catarinense. Sem ela, não se concretizará a almejada Universidade de Santa Catarina. A possibilidade de uma imediata instalação de uma Faculdade de Filosofia não sofre dúvidas, porque, para tanto, já há acomodações e o material preciso, postos à sua disposição pelo Colégio Catarinense. E nesse meio, há também pessoas capazes para constituírem o professorado inicial. Podemos também com o auxílio financeiro do Estado, conforme afirmações positivas que já nos têm sido feitas. Quanto à orientação filosófica, em fase da exacerbada e universal divisão presente – espiritualista cristã, de um lado, e materialista, de outro – adotamos, desde logo, declaradamente a primeira. (FACULDADE CATARINENSE DE FILOSOFIA, 1951)

Podemos observar nessa passagem que os agentes da Igreja Católica assumiram prontamente o papel de liderança nesse projeto de fundação da FCF – ainda que não se possa negar que integravam uma rede mais ampla de agentes – investido não apenas de determinado capital acadêmico, que habilitava Braun a ser um dos professores da nova instituição, como também político, direcionando a orientação mais geral que esse processo assume. Rohr assumiu nesse momento um papel mais político, tornando-se o primeiro-secretário da faculdade.

Interessante perceber que, antes dessa empreitada intelectual, já havia um movimento crescente das elites intelectuais locais em torno do desenvolvimento das Ciências Sociais em Santa Catarina, é emblemático nesse sentido a realização em 1948 do I Congresso Catarinense de História⁶, no qual Rohr apresentou um longo trabalho intitulado “*Contribuição para a etnologia indígena do Estado de Santa Catarina*”, cuja maior parte (102 páginas) é a relação do material etnológico até então recolhido. Nesse trabalho, ele

⁶ Observa-se que, no cômputo mais amplo das Ciências Humanas e Sociais, a História assumiu em Santa Catarina um importante papel de agregar intelectuais vinculados ao que seriam hoje distintos campos intelectuais, de modo que a separação entre a Antropologia catarinense e a História nesse momento só faz sentido de forma analítica e a partir de um movimento realizado a posteriori.

desenvolvia de maneira concomitante a sua atuação como professor e diretor na educação secundária e contou com a colaboração de Braun e do padre Jorge A. Lutterbeck, que realizaram a classificação do material.

Pela colaboração desenvolvida por eles, e considerando o espaço institucional no qual apresentaram e publicaram essa pesquisa, pode-se inferir que o trabalho científico que se propunham a desenvolver realizava-se numa interface entre a História e a Antropologia, compreendendo que esta última abarcaria a antropologia cultural, física e a arqueologia.

Seguindo o modelo inaugurado pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, foram criados os seguintes cursos da FCF: Filosofia, Geografia e História, Letras Clássicas, Letras Neolatinas e Letras Anglo-Germânicas. Braun que tinha formação em Filosofia e Teologia, porém lecionava Ciências Naturais na educação secundária, tornou-se professor de Antropologia Física para o curso de Geografia. Essa disciplina era lecionada ainda no primeiro ano e antecedia o curso de Antropologia Cultural, lecionada no segundo ano e que ficou sob a responsabilidade de Oswaldo Rodrigues Cabral (1903-1978), que possuía formação no campo da Medicina e veio a ter um papel de liderança na institucionalização da Antropologia em Santa Catarina (OLIVEIRA; BARBOSA, 2018).

Essa configuração específica, marcada por uma forte presença de médicos e padres no ensino da Antropologia em Santa Catarina, refletia as configurações do próprio campo naquele momento. Como destaca Santos (1997, p. 67-68)

Os finais dos anos cinquenta e início de sessenta foram de efervescência para o que se então denominava área da antropologia e que envolvia, em regra, a disciplina de Antropologia Cultural, Etnografia Geral e do Brasil, Antropologia Física e Arqueologia. A tônica era de que os “catedráticos” eram autodidatas e católicos. Teilhard de Chardin havia publicado uma explicação da teoria da evolução das espécies, com aval do Vaticano. Isto motivou, ou, pelo menos permitiu que alguns religiosos se envolvessem na pesquisa arqueológica. O Padre Alfredo Rohr, um jesuíta, fundou em Florianópolis o Museu do Homem do Sambaqui. No Rio Grande do Sul, o Padre Ignácio Schmitz também se iniciava nas pesquisas arqueológicas. Uma missão francesa, coordenada pela Profa. Annette Laming-Emperaire promoveu um curso de especialização em Arqueologia em Associação com a UFPR, no Museu Arqueológico de Paranaguá. Walter Piazza, assistente de Oswaldo Cabral, foi um dos que realizou o curso e logo iniciou um projeto de mapeamento dos sítios arqueológicos em Santa Catarina. Creio que Igor Schimz, da UFPR, também se iniciou como arqueólogo com a Profa. Anett. Um programa de estudo de sítios arqueológicos brasileiros, formulado pelo Smithsonian Institution (USA), veio de encontro a esses esforços iniciais. Tenho como certa a impressão de que este foi o setor da Antropologia que mais cresceu naquele momento.

Na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, o primeiro catedrático em Antropologia foi o médico José de Loureiro Fernandes (1903-1977), e, no Rio Grande do Sul, o padre Balduino Rambo (1906-1961) lecionava a disciplina Etnografia e Línguas indígenas desde 1943. Assim sendo, podemos afirmar que o perfil do corpo docente lecionando Antropologia na FCF não distava daquele predominante na Região Sul, ou mesmo no restante do país⁷.

⁷ Como já indicado, na década de 1950, já havia uma geração de cientistas sociais profissionais no país, mas isso não significou o desaparecimento de agentes responsáveis pela institucionalização da Antropologia com formações acadêmicas outras, como no caso dos médicos Arthur Ramos (1903-1949) no Rio de Janeiro, Theo Brandão em Alagoas

É importante salientar que na FCF as primeiras turmas de História e Geografia constituíam um único curso de graduação, mas que possuía várias especializações, entre elas, Antropologia e também Arqueologia⁸. Esse dado demonstra como o processo de institucionalização da Antropologia no Brasil foi essencialmente plural, tendo sido realizada não apenas a partir de diferentes temporalidades, como também de distintas configurações disciplinares, ora se aproximando mais da Sociologia, ora da História, ora da Medicina e do Direito.

Dos cursos de História e Geografia da FCF, egressaram alguns nomes importantes da Antropologia como Walter Piazza (1925-2016) e Silvio Coelho dos Santos (1938-2008), que se tornaram posteriormente professores da Universidade Federal de Santa Catarina, Giralda Seyferth (1943-2017), que se tornou professora no Museu Nacional, entre outros. Esses ex-alunos da Faculdade realizaram cursos de pós-graduação nas décadas de 1960 e 1970, integrando outra geração de acadêmicos, profissionalizados no campo da Antropologia e Arqueologia. Entretanto, o fato de terem sido alunos de muitos dos precursores das Ciências Sociais em Santa Catarina aponta para possíveis conexões entre as diferentes gerações de pesquisadores, o que ocorreu em muitos casos por meio da atuação como auxiliares de pesquisa dos professores mais sêniores.

A partir dos relatórios de ensino da FCF, podemos ter uma ideia mais clara do significado que assumia o ensino de Antropologia Física naquele contexto, o que nos possibilita acessar o arranjo particular que a disciplina possuiu com Braun. Segundo seu relatório de ensino,

Dadas as aulas introdutórias sobre a antropologia, começamos, no estudo citológico, a atingir o ÂMAGO de uma questão vital para o estudo da antropologia: A ORIGEM DA VIDA. Analisamos todas as teorias modernas, inclusive a de EICKSTEDT, que reduz a vida a simples FUNÇÃO DO ÁTOMO DE CARBONO.

Analisando as experiências de Spallazani, Pasteur, discutimos a possibilidade ou não da origem da vida da matéria inerte!

Fez-se também um estudo sobre o VÍRUS, a luz da revista moderna SCIENCE NEW LETTERS de 1955, 1956 e 1957.

A seguir fez-se estudo da célula como a força evolutiva do ANTHROPOS, que se desenvolveu DUMA ÚNICA CÉLULA fecundada num ser tão harmonioso e de funções tão variadas e complicadas.

Daí passamos para a histologia com as mesmas considerações, atingindo a organologia com suas medições.

Entramos também na EMBRIOLOGIA HUMANA a luz de quadros (Ranke) A seguir foram tratadas as TEMATOLOGIAS HUMANAS e o célebre caso do médico brasileiro: Chapot-Prevost que agitou o senado nacional no seu tempo. Estudamos detalhadamente: O sangue... hormonás--- índices... pele, pelos e pelagem... pigmentação... a mão e o pé em estudo comparativo com os quadrumanos... e agora acabamos de tratar as funções de adaptação ao meio externo, aos acidentes, às infecções etc. Para entrarmos na genética

(1907-1981), Thales de Azevedo (1904-1995) na Bahia e René Ribeiro (1914-1990) em Pernambuco, ainda que este último tenha realizado um mestrado em Antropologia na Northwestern University ainda na década de 1940.

⁸ Os estudantes poderiam escolher mais de uma especialização. Entre os oito primeiros graduados, encontramos dois que escolheram realizar especialização em arqueologia e um que realizou em antropologia cultural.

antropológica e no estudo da origem do homem na terra, com os dados mais recentes. (BRAUN, 1957, p. 1)

Podemos verificar a partir de seu relatório de ensino que sua prática docente em Antropologia Física demarcava uma forte continuação em relação ao ensino de Ciências Naturais, articulando-se as duas atividades docentes que ele executava naquele momento. Segundo Oliveira (2020, p. 280), ao analisar o ensino de antropologia física na FCF:

Observa-se um programa que vai da citologia à origem do homem, possivelmente sendo esta a finalidade última da disciplina: pensar o homem em sua totalidade física. Seu esforço em produzir um programa atualizado se verificava não apenas pela referência constante a “teorias modernas” e “dados mais recentes”, mas também a material em língua estrangeira, como no caso da revista *Science News Letters* – periódico americano iniciado em 1922, que publicava artigos breves voltados para a divulgação científica –, cuja aquisição se deu através da assinatura da Congregação Mariana Nossa Senhora do Desterro de Florianópolis.

Em outro relatório, Braun faz referência a um dos exames realizados com seus alunos, que consistia na realização de um trabalho “sobre a necessidade do conhecimento citológico para o estudo de antropologia” (Braun, 1958, p. 1). Dentre seus cinco alunos, apenas um recebeu o conceito “muito bom”, outros dois receberam a avaliação “não atingiu o âmago da questão”, e os dois restantes, o professor indica que são trabalhos idênticos, possivelmente indicando plágio. O professor aponta ainda que a maior parte dos alunos nunca havia visto células vivas, ressaltando assim a relevância das aulas práticas.

Seguindo tais observações, podemos perceber quão engajado Braun estava no processo de consolidação de uma nova cultura científica que incorporasse Antropologia Física, principalmente no campo da formação de professores. Em certa medida, esse esforço demarca uma continuidade com o processo de modernização do sistema de ensino catarinense, cuja marca mais incisiva foi a chamada Reforma Trindade na década de 1930, que demarcou uma profunda reorientação nos currículos escolares e dos cursos de formação de professores, aproximando o sistema de ensino catarinense com o debate que vinha ocorrendo nos grandes centros do país, que apontava para uma maior cientificização do ensino.

Na condição, o primeiro catedrático da área de Antropologia Física Braun assumiu ainda um papel importante no processo de rotinização dessa disciplina no ensino superior, sendo o primeiro na região a delimitar seu escopo e métodos. Em que pese a inflexão temporal em que isso ocorre – num momento em que a Antropologia Física recuava nos currículos dos cursos de ciências sociais em outras universidades brasileiras⁹ – é interessante perceber como essa ação de Braun acaba tendo um papel decisivo no tipo de Antropologia que se desenvolveu em Santa Catarina num primeiro momento, que distava de um modelo assentado exclusivamente na antropologia Social e Cultural, como ocorria naquele mesmo período em outras Faculdades de Filosofia.

⁹ Em que pese o fato de que houve um recuo da presença da Antropologia Física nos currículos dos cursos ofertados pelas Faculdades de Filosofia no Brasil na década de 1950, isso não significa que tal disciplina tenha desaparecido por completo, pois, em muitas instituições, ela continuou sendo ofertada, como no caso da Universidade de São Paulo (USP), na qual a professora Gioconda Mussolini a lecionou de forma ininterrupta entre 1944 e 1969. Ademais, há cursos de Ciências Sociais que mantêm até hoje o ensino dessa disciplina, amiúde com a nomenclatura de Antropologia Biológica.

O papel que Rohr assumiu nesse momento parece se vincular mais à manutenção das relações políticas e ideológicas entre a Igreja Católica e a FCF, ao mesmo tempo que investiu bastante energia na continuação de suas pesquisas no campo da arqueologia, compreendida naquele momento dentro da rubrica da Antropologia. Chama a atenção o fato de Rohr manter uma sólida rede de parcerias intelectuais fora do estado de Santa Catarina, destacando-se sua relação com Luis Castro Farias (CRUZ, 2013), porém, diferentemente de Braun, ele não se tornou catedrático na FCF, que contava com Eudoro de Sousa (1911-1987) como professor de Arqueologia, que possuía formação em Filologia Clássica e História Antiga.

3 Uma Nova Fase da Antropologia em Santa Catarina

As cátedras de Antropologia Física, a cargo de Braun; Antropologia Cultural, lecionada por Cabral; e Etnografia do Brasil, sob a responsabilidade de Jaldyr Bhearing Faustino da Silva (1914-1994), constituíram naquele momento de formação da FCF um importante espaço de institucionalização da Antropologia em Santa Catarina. Em que pese o declínio da procura pelos cursos oferecidos por essa instituição, foi a partir dessas cátedras que esses acadêmicos passaram a arremeter estudantes interessados pelo campo da Antropologia. Havia um interesse pujante de alguns agentes em tentar autonomizar a Antropologia como ciência, porém ainda não havia naquele momento cursos de graduação ou pós-graduação em antropologia ou ciências sociais na FCF.

Capitaneado por Oswaldo Cabral, o Instituto de Antropologia foi criado por meio da Resolução n. 89, de 30 de dezembro de 1965, permanecendo vinculado à FCF, a esse tempo já integrante da Universidade de Santa Catarina¹⁰. O Instituto teria três divisões inicialmente, a de Arqueologia, de Antropologia Física e de Antropologia Cultural, o que refletia também a organização didática das cátedras existentes naquele momento junto aos cursos de História e de Geografia da FCF (OLIVEIRA, 2021).

Com o intuito de divulgar suas atividades, a partir de 1968, passaram a ser publicados os *Anais do Instituto de Antropologia*, que, a partir de 1970, passaram a se chamar *Anais do Museu de Antropologia*, o que refletia as mudanças na estrutura administrativa e acadêmica pelas quais a Universidade Federal de Santa Catarina¹¹ vinha passando naquele período, no conjunto de transformações trazidas pela Reforma Universitária de 1968. Nos *Anais* são indicados os nomes daqueles que compunham seu corpo docente e de pesquisa: Antropologia Cultural e Física, professor titular Oswaldo Cabral; Antropologia Social, professor-assistente Silvio Coelho dos Santos; Arqueologia, auxiliar de ensino Anamaria Beck; Antropometria, auxiliar de ensino Edson Medeiros Araújo; Geologia do quartenário, auxiliar de ensino Gerusa Duarte.

Podemos perceber com isso que a fundação do Instituto ocorreu, justamente, num momento de inflexão organizativa da universidade, que parece ter tido consequências

¹⁰ Em 1960, foi fundada a Universidade de Santa Catarina, originada a partir da junção das Faculdades de Direito, de Ciências Econômicas, de Odontologia, de Farmácia e Bioquímica, de Medicina, de Filosofia e a de Serviço Social. A denominação Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) só surgiu em 1965, mesmo ano de fundação da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

¹¹ A nomenclatura Universidade de Santa Catarina foi mantida até 1965.

diretas sobre o papel que Braun e Rohr passaram a ter no campo da Antropologia em nível local. Ao que parece, esse momento é marcado por certo distanciamento institucional desses agentes em relação ao grupo mais próximo a Cabral, considerando que eles permaneceram mais vinculados ao Colégio Catarinense e à estrutura de ensino da Igreja Católica, essa divisão acelera-se com a federalização da Universidade de Santa Catarina, convertida em Universidade Federal de Santa Catarina.

Concomitante a esse movimento em 1964, um ano antes da criação do instituto, Rohr fundou o Museu do Homem Americano – denominado a partir de 1965 como Museu do Homem do Sambaqui –, que funciona nas dependências do Colégio Catarinense e abarca parte expressiva do material arqueológico acumulado por ambos os padres ao longo dos anos, cuja pedra fundacional relaciona-se à compra da Coleção Carlos Berenhäuse (COMERLATO, 2021). É a partir desse museu e de sua coleção que Braun e Rohr continuaram a desenvolver suas atividades no campo da Antropologia Física e da Arqueologia, o que pode ser interpretado como uma forma de preservar a autonomia de seu trabalho, desvinculando-se das normas estabelecidas pelo governo federal naquele momento. Parece ainda que continuou a haver parcerias entre a UFSC e o Colégio Catarinense, nos *Anais* é possível encontrar menção ao material existente no Museu do Homem do Sambaqui, o que aponta para a relevância da coleção por ele mantida.

Observando o material dos *Anais*, podemos inferir que Rohr manteve-se mais próximo das atividades do Instituto que Braun, desenvolvendo atividades de pesquisa, ainda que não pareça ter assumido cargos administrativos em sua estrutura, ou atividades de docência. Isso pode se dever ainda ao fato de que Rohr alcançou maior notoriedade em nível local e nacional que Braun, além da própria dinâmica que a Arqueologia e a Antropologia Física assumiram no campo científico, perdendo espaço nas Ciências Sociais para a Antropologia Social e Cultural. No discurso inaugural do Instituto, Cabral, que fora seu primeiro diretor, fez menção ao trabalho de pesquisa de Rohr, comparando com aquele desenvolvido por Luis de Castro Faria no Museu Nacional:

E, dentre nós, apenas o Padre João Alfredo Rohr realizava pesquisas idênticas, logo seguido, quando nossa cadeira pode firmar-se na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras pelo Professor Walter Fernando Piazza, então nosso colaborador e hoje ocupante da cátedra de História da América daquela Faculdade. (ANAIS DO INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA, 1968, p. 105)

Apesar dessa referência ao trabalho de Rohr, ao verificar os *Anais* de 1968 a 1971, observou-se que nenhum trabalho seu foi publicado nesse veículo que se propunha a ser o principal meio de divulgação científica na área de Antropologia da região. Ao que parece, Braun e Rohr passaram a redirecionar seus esforços no campo da Antropologia para outros espaços institucionais, principalmente a partir do Museu do Homem do Sambaqui, sendo decisivo para a perda de espaço da Igreja Católica no ensino superior em Santa Catarina.

Nesse momento, Rohr tornou-se conhecido pela incisiva ação em defesa do patrimônio arqueológico do Estado (COMERLATO, 2014), desenvolvendo ao mesmo tempo suas atividades como arqueólogo educador em articulação com um intenso trabalho de articulação política.

Esse distanciamento acelerou-se nas décadas seguintes quando a UFSC passou a contar com um corpo de pesquisadores em Antropologia e Arqueologia cada vez mais especializados, com títulos de pós-graduação obtidos em centros de excelência no país, principalmente na Universidade de São Paulo, Museu Nacional e Museu Emílio Goeldi (ANAIS DO MUSEU DE ANTROPOLOGIA, 1970). Essa nova geração de pesquisadores acaba por refundar a História da Antropologia em nível local, iniciando-se uma nova fase, formada por “antropólogos profissionais”, é o que R. Oliveira (2003) chamou do período de burocratização da Antropologia brasileira.

Cada vez mais a História da Antropologia em Santa Catarina passou a ser elaborada a partir da Universidade e da Antropologia Social e Cultural. Não sem menor relevância, deve-se perceber que o próprio campo da Arqueologia foi se autonomizando paulatinamente em relação à Antropologia e, ainda, que o nome de Rohr tenha sido “esquecido” da História das Ciências Sociais em Santa Catarina, já que ele passou a ganhar um importante *status* na História da Arqueologia no Brasil (COMERLATO, 2014).

4 Considerações Finais

Nesse breve ensaio, buscou-se evidenciar o papel dos padres Alvino Bertholdo Braun e João Alfredo Rohr na formação da Antropologia em Santa Catarina, considerando tanto a participação ativa de ambos na formação da FCF na década de 1950 e, principalmente, na institucionalização da pesquisa nos campos da Antropologia Física e da Arqueologia quanto o processo de secundarização de seus papéis nesse campo a partir da década de 1960.

Compreende-se que esse movimento no caso ocorreu também em meio às transformações no campo da própria Antropologia. O processo de autonomização da Arqueologia em termos acadêmicos em relação à Antropologia possibilitou que Rohr alcançasse grande renome na primeira, mas que fosse bastante esquecido na segunda. Braun, por outro lado, ao se dedicar à Antropologia Física, parece ter sofrido as consequências do próprio revés que incidiu sobre essa ciência no campo da Antropologia como um todo, uma vez que perdeu espaço no campo da Antropologia Brasileira nas décadas seguintes.

A perda de espaço da Igreja Católica no ensino superior em Santa Catarina e a crescente profissionalização dos antropólogos a partir da década de 1960 parecem ser elementos importantes para se compreender o distanciamento desses dois agentes do campo da Antropologia em Santa Catarina.

É preciso redimensionar o papel desses agentes na formação da antropologia em nível local, o que nos demanda um exercício crítico de reelaboração desse campo científico entre as décadas de 1950 e 1960. A antropologia nesse período abarcava um escopo bem mais amplo e era elaborada a partir de outros diálogos, de tal modo que não é possível compreender a formação dessa ciência em Santa Catarina sem considerar o papel central que Braun e Rohr tiveram nesse processo, tanto no nível de institucionalização dessa ciência como no desenvolvimento de pesquisas e divulgação científica.

Recolocar esses agentes no centro no debate sobre a formação da Antropologia nos leva a um questionamento em torno da narrativa construída sobre a História da Antropologia no Brasil, buscando evidenciar como essa ciência possuiu diferentes temporalidades e arranjos em cada contexto local.

Referências

- ANAIS DO INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA. **Ano I**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1968.
- ANAIS DO MUSEU DE ANTROPOLOGIA. **Ano III**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1970.
- BRAUN, Alvinho. **Relatório de Ensino de Antropologia Física**. Florianópolis, SC: Faculdade Catarinense de Filosofia, 1957.
- CAMPOS, Névio. Intelectuais católicos: confidentes do criador, ministros do progresso e sacerdotes da verdade. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 28, n. 55, p. 281-312, 2014.
- COMERLATO, Fabiana. O legado do pe. João Alfredo Rohr S. J.: reflexões sobre sua trajetória na arqueologia brasileira. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, v. 8, n. 2 [10], p. 9-24, 2014.
- COMERLATO, Fabiana. Intérpretes da arqueologia: caminhos legais para a proteção dos sambaquis de Santa Catarina em meados do século XX. **Revista de Antropología del Museo de Entre Ríos**, Entre Ríos, v. 6, n. 2, p. 53-63, 2021.
- CORRÊA, Mariza. **Ilusões de liberdade: a escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.
- COSTA PINTO, Luiz; CARNEIRO, Edison. As ciências sociais no Brasil. Rio de Janeiro: Capes, 1955. (Série Estudos e Ensaio, n. 6).
- CRUZ, Alfredo B. C. **Concha sobre concha: o estudo e a conservação dos sambaquis na correspondência entre Luiz de Castro Faria e Pe. João Alfredo Rohr (1960-1971)**. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH, UNIRIO, Rio de Janeiro, RJ, 2013.
- CURY, Carlos R. J. **Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais**. São Paulo: Cortez, 1988.
- DALLABRIDA, Norberto. Modos de educação católica em Florianópolis: final do século XIX e meados do século XX. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 23, n. 9, p. 102-118, 2005.
- FACULDADE CATARINENSE DE FILOSOFIA. **Ata de fundação da FCF**, Florianópolis, 8 de setembro de 1951.
- FERNANDES, Florestan. **A sociologia no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1977.
- MICELI, Sérgio. Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais. In: MICELI, Sérgio. (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Editora Vértice; IDESP; FINEP, 1989. v. I, p. 72-110.
- OLIVEIRA, Amurabi. O ensino de ciências sociais na Faculdade Catarinense de Filosofia. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 54, n. 1, p. 117-125, 2018.
- OLIVEIRA, Amurabi. O ensino de Antropologia Física e Etnografia do Brasil em Santa Catarina na década de 1950. **Anuário Antropológico**, Brasília, DF, v. 45, n. 1, p. 269-286, 2020.
- OLIVEIRA, Amurabi. The rise of a southern anthropology: the creation of the Institute of Anthropology in Santa Catarina. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, Florianópolis, v. 18, p. 1-6, 2021.

- OLIVEIRA, Amurabi; BARBOSA, Inaê. Oswaldo Rodrigues Cabral e a formação da antropologia em Santa Catarina. **Áltera: Revista de Antropologia**, João Pessoa, v. 1, n. 6, p. 37-54, 2018.
- OLIVEIRA, Roberto C. **Sobre o pensamento antropológico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- PEIRANO, Mariza. A antropologia como ciência social no Brasil. **Etnográfica**, Lisboa, v. 4, n. 2, p. 219-232, 2000.
- REESINK, Misia; CAMPOS, Roberta B. C. A Geopolítica da Antropologia no Brasil: ou como a província vem se submetendo ao Leito de Procusto. *In*: SCOTT, Parry; CAMPOS, Roberta B. C.; PEREIRA, Fabiana (org.), **Rumos da Antropologia no Brasil e no Mundo: Geopolíticas Disciplinares**. Recife EDUFEPE/ABA, 2014. p. 55-81.
- REIS, Maria José; FOSSARI, Teresa Domitila. Arqueologia e preservação do patrimônio cultural: a contribuição do Pe. João Alfredo Rohr. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, v. 22, n. 30, p. 265-293, 2009.
- SANTOS, Silvio C. Notas sobre a construção da antropologia no Brasil. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 3, n. 7, p. 62-69, 1997.
- SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2011.
- SOUZA, Vanderlei S.; Santos, Ricardo V. Corpos, medidas e nação: antropologia física na capital da República brasileira na primeira metade do século XX. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 7, n. 3, p. 639-643, 2012.

Amurabi Oliveira

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco, Livre Docente pela Universidade Estadual de Campinas. Professor da Universidade Federal de Santa Catarina e pesquisador do CNPq. Membro afiliado da Academia Brasileira de Ciências e da Global Young Academy.

Endereço profissional: Departamento de Sociologia e Ciência Política, CFH, Campus Trindade, s/n, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

E-mail: amurabi.olivira@ufsc.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7856-1196>

Como referenciar este artigo:

OLIVEIRA, Amurabi. Os Padres Alvinho Bertholdo Braun e João Alfredo Rohr na História da Antropologia em Santa Catarina. **Ilha – Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 25, n. 2, e90128, p. 50-62, maio de 2023.